



Habitação, alimentação e desigualdade urbana: estudo sobre a segregação de classe e gênero nas cidades

Emanuela Alves da Rocha

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UFF, Brasil
emanuelarocha@id.uff.br

Felipe Gustavo Silva

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, UFF, Brasil
felipegustavo@id.uff.br

Louise Land Bittencourt Lomardo

Professora Doutora, UFF, Brasil
louiselbl@gmail.com

RESUMO

O entendimento de progresso, definido por um modus operandi neoliberal, gera crises que repercutem em aspectos inerentes à sobrevivência e dignidade humana, como habitação e alimentação, sendo vítimas de um progresso a qualquer custo que reproduz a desigualdade e a fome. A partir da perspectiva da casa e da comida enquanto direito, o artigo busca compreender o habitar e o comer sob a ótica de classe, reconhecendo no planejamento urbano vigente o motor da lógica excludente e da responsabilização da mulher pela qualidade de vida familiar no âmbito da “casa, comida e roupa lavada”. O percurso metodológico do estudo apresenta enquanto principal ação a revisão analítica de publicações acadêmicas principais e secundárias acerca da temática, considerando produções críticas ao processo de formação e gestão das cidades, principalmente no que tange à habitação e às dinâmicas essenciais da vida urbana. Assim, observa-se que o modelo de cidade vigente exclui com um crivo de classe e gênero grande parcela da população, que tem o cotidiano posto à margem, vítima de uma gestão desigual do território. Ademais, ao lançar luz sobre a necessidade de se repensar a urbe a partir das demandas triviais, como a habitação e a comida, é colocado à prova um modelo de cidade incipiente. Um urbanismo voltado para a redução das desigualdades de renda e gênero gera demandas por cidades cuidadoras: a população e suas questões essenciais precisam estar no centro do debate e do plano.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação. Alimentação. Planejamento urbano.

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção e formação do espaço da cidade está vinculado à disputa de discursos e poder de múltiplos agentes. As heranças culturais são refletidas na cidade assim como as mudanças e as quebras de paradigmas encontram um lugar para se espacializar. A consolidação do progresso derivado da lógica de mercado, capitalista e, mais atualmente, neoliberal, promove dicotomias e compõe o histórico de acúmulo de desvantagens de grandes parcelas da população e a realidade de desigualdade social construída a partir da supervalorização do lucro. Para tanto, o artigo parte de aspectos triviais da vida, a casa e a comida, reconhecendo as forças que atuam nesse sentido para a promoção de formas divergentes de habitar e consumir como classe, limitando a qualidade de vida da população.

Planejar cidades sob a ótica das demandas triviais exige, no entanto, evidenciar o processo de divisão sexual do trabalho ao longo do tempo especializado nas cidades, principalmente na perspectiva dicotômica do público e privado. A associação do homem ao trabalho produtivo, aquele produtor de lucro e ganhos monetários, e a responsabilização da mulher pela “casa, comida e roupa lavada” e por grande parte das atividades que envolvem o meio doméstico, consolidou uma relação direta entre o homem e a cidade, e “confinou” a realidade da mulher ao lar. As atribuições de gênero auxiliaram a dar ou não a importância das questões relativas ao planejamento urbano e das políticas públicas que permitissem conceder liberdade e segurança à mulher na cidade. A diversidade, inerente à natureza e que encontra espaço no ser humano, projeta diferentes linhas de desejo sobre a cidade que podem culminar na busca por cidades saudáveis e cuidadoras.

Apesar da evidente necessidade de se pensar a casa e a comida como diretrizes para o planejamento urbano, dada sua importância para a sobrevivência humana, as disputas e os aspectos culturais são refletidos no território e constroem demandas divergentes para a cidade. Ao manter a lógica de classe, o direito à cidade diverge do direito de fato. O artigo tece análises voltadas para a contextualização da lógica de classes e gênero na concepção da habitação e da

alimentação e teoriza que é necessário visibilizar a desigualdade e a segregação para promover sua redução e a inserção dessas demandas no planejamento das cidades.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre o processo de construção e formação do espaço urbano, as disputas de poder e discursos, as heranças culturais, as desigualdades sociais e as demandas triviais, como habitação e alimentação, no planejamento urbano. Como objetivos específicos deste artigo, busca-se analisar o processo de construção urbana e as mudanças de paradigmas na configuração do espaço, indagando como se dá a lógica de mercado, suas consequências sobre as demandas por habitação, alimentação e no planejamento urbano, considerando a divisão sexual do trabalho e a busca por cidades inclusivas.

3 METODOLOGIA

O processo de dimensão histórico-metodológica e de revisão bibliográfica compõe a metodologia deste estudo a partir da reunião e análise crítica, principalmente por fontes secundárias, de artigos acadêmicos, veiculados em revistas científicas, periódicos e anais de eventos coletados através de bases indexadoras, ponderando habitação e alimentação enquanto temáticas centrais que orientam a pesquisa. Considerando a qualidade interdisciplinar do estudo, produções tanto no campo da arquitetura e urbanismo, como da saúde e nutrição são necessárias a um planejamento urbano menos desigual. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relacionadas aos tipos de despesas e consumo alimentar da população de acordo com o seu poder aquisitivo, também contribuem para o debate da limitação da qualidade de vida pela realidade de classes.

O valor analítico atribuído ao estudo é organizado em dois eixos de abordagem: a repercussão do planejamento urbano e da lógica de classes nas demandas triviais necessárias à vida e à saúde humana, com foco na habitação e na alimentação; e a responsabilização da mulher pelo cuidado com a moradia e pela qualidade alimentar da família. Ao contemplar aspectos relativos à formação de centros urbanos e à concepção de desertos alimentares, esse estudo tece análises necessárias à busca pela redução da realidade e os efeitos da desigualdade urbana.

4 RESULTADOS

4.1 Habitar e consumir como classe

Habitar, um verbete com transformação semântica através dos tempos e interpretações culturais particulares. Para o termo habitação há diversos sinônimos: residência, domicílio, lar, morada, moradia. A palavra também nos remete às dimensões de um apartamento, à moradia de residentes, à estrutura e arquitetura de uma edificação, ao peso poético de uma residência, todos os sentimentos e experimentações realizadas por seus

moradores. Contudo, essa ode se resume em uma invariante antropológica, na qual há uma necessidade humana de instalação, para segurança e abrigo, concretizando a busca constante do lugar essencial (PAQUOT, 2005). A moradia é também o retrato de uma época e de sua maneira de enxergar as relações humanas. A casa ultrapassa a condição de espelho da alma, possibilitando uma espécie de autoanálise que leva à revalorização da própria humanidade, ou seja, quando o homem se vê projetado no exterior de sua moradia, torna-se, potencialmente, um pensador de si mesmo. A moradia passa a ser uma referência existencial, sendo ela a extensão do corpo humano, concebida à sua imagem e semelhança (FELIPPE, 2010).

A habitação exterioriza as características socioculturais de um povo, a residência pode ser vista como um instrumento concreto do modo de vida de determinado local e cultura. Uma casa não é apenas suprimento de uma necessidade, mas também simboliza uma sociedade e a época que está inserida, exibindo seus costumes, formas de ser e de viver que passam a ser materializados pela expressão arquitetônica.

Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações; a estação ferroviária, a autoestrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação. (HEIDEGGER, 1954, p. 138).

Múltiplos processos derivados da formação e consolidação da cidade em um território influenciam o modo de viver e habitar o espaço. Maricato (2017) explicou a questão da terra como um nó que amarra desde aspectos do meio rural até o meio urbano, uma vez que as atividades desempenhadas no meio rural, majoritariamente relacionadas à produção de alimentos, quando voltadas para a larga escala em um cenário de latifúndios, impacta, em muitos casos, a expulsão de camponeses e pequenos produtores que consolidam o processo de êxodo rural em busca de uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, devido à inacessibilidade a valores de mercado residencial e da terra urbanizada, a classe baixa se vê forçada a produzir uma irregularidade urbana, que é muito presente nas cidades brasileiras. A opção por valores mais acessíveis, ou ainda, a instalação em regiões não regulares, torna presente a autoconstrução, elevadas taxas de adensamento residencial, a coabitação de vários membros familiares em pequenas residências sem projeto profissional e a carência da infraestrutura urbana básica. Estes fatores estão presentes em todas as cidades brasileiras, em algumas de forma mais acentuada e em outras ocorrendo de forma mais sutil (SOARES; CORDOVIL, 2019).

A subjugação das classes de baixa renda, bem como a superestimação da classe média, se apresenta no histórico do Brasil desde a metade do século XIX. Através de ações e reivindicações realizadas pelos políticos e latifundiários, a crise da habitação tem início na promulgação da Lei de Terras de 1850. Apenas se teria o controle de terras através de posse, compra e venda, entretanto os escravizados e os imigrantes não poderiam, por lei, ter a propriedade. Considerando a iminência da Abolição da escravatura e o incentivo à imigração europeia pelo governo imperial e posteriormente republicano, agravou-se ainda mais esse acesso à habitação (VAZ, 2002, p. 45). Em um primeiro momento, a moradia se deu por via dos cortiços, estes, sendo os precursores das atuais favelas, eram habitações com problemas

estruturais e de insalubridade, todavia eram a única forma de ter onde morar para essa parcela da população.

Com políticas higienistas, o fim do século XIX e o início do século XX foram marcados pela criminalização dos cortiços e quartos de cômodos e iniciam-se políticas de bota-fora, principalmente na então capital do país, Rio de Janeiro. De acordo com Nemer (2019), a iniciativa privada, considerando os princípios liberais ideologizados pela recém república, se utiliza de artifícios para a produção rentista de moradias para atendimento dessa leva de despossuídos e despossuídas. A criação de vilas higiênicas é a primeira forma de tentativa de produção residencial popular que, com o passar do tempo e devido à qualidade construtiva e à centralidade urbana em que se encontravam, têm seus preços de aluguéis supervalorizados, estando inviabilizadas para o orçamento das classes baixas e tornando-se redutos da classe pequeno-burguesa da época, sendo esta a única com rendimentos suficientes para pagamentos de aluguéis nas região central da capital. A autora explica que, novamente, a população subalternizada recorre a condições precárias de atendimento habitacional, subindo morros e se deslocando para regiões afastadas, sem infraestrutura e sem nenhuma perspectiva.

Como a industrialização estava em grande desenvolvimento e novas indústrias surgiam com a necessidade de mão-de-obra operária e, somando a intenção de suprir essa demanda com a oportunidade de ter mais controle sobre seus funcionários, iniciou-se o movimento de produção de vilas operárias pelas companhias e indústrias. Nemer (2019) apontou que o operário morava, consumia e trabalhava na mesma localidade. Todavia, o ônus para viver nesses assentamentos operários era estar sob a égide do empregador, pois nessas vilas haviam códigos de conduta e moral que, caso tivessem suas determinações descumpridas, previam imposição de advertências e punições.

Até a década de 1930, apenas a iniciativa privada executava propostas de implementação de moradias para classes de baixa renda, mas essa dinâmica mudou com a criação da Fundação Casa Popular e com as construções promovidas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a partir do Estado Novo (NEMER, 2020). A autora complementa que a qualidade construtiva e a promoção pelo Estado, com projetos de grandes arquitetos modernistas, esteve presente nesse momento. Porém, o atendimento não cumpriu toda a necessidade e o déficit habitacional permaneceu crescente.

A partir do golpe civil-empresarial-militar, o recrudescimento das políticas de remoções em comunidades periféricas com o intuito de reorganização territorial-estética, juntamente com a utilização do discurso da propriedade privada residencial, difundidas ideologicamente na sociedade, transverteu o sonho da casa própria em "uma solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuando de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas" (CAVALCANTI, 1964, p. 1) pelos então usurpadores do poder constitucional. A marginalidade das classes que não tinham acesso ao sistema financeiro e a exploração bancária sofrida pela classe trabalhadora, que pagava altas taxas de financiamento, ao pé do interesse das empreiteiras em lucrar com o regime, iniciou ali um movimento de espraiamento da cidade brasileira. Subúrbios distantes, residências pequenas produzidas em massa, infraestrutura e construções realizadas pelo juspositivismo das instituições, levaram à derrocada dessas políticas habitacionais em 1985, sucumbindo junto do regime ditatorial e colocada a última pá de terra pelo primeiro governo da nova República, que

iniciou flertando com ideais neoliberais, deixando um vácuo de políticas habitacionais federais até a primeira década do século XXI. Rolnik *et al.* (2010) mostraram que instrumentos para a promoção de acesso a condições dignas de moradia existem, tanto na Constituição de 88, quanto no Estatuto da Cidade, leis orgânicas e leis estaduais, entretanto não são implementadas, ou ainda, apenas ignoradas para o atendimento de interesses individuais dos grandes especuladores.

Maricato (2015) estabeleceu a globalização neoliberal a partir da década de 1970 como marco da invisibilidade da política urbana no contexto do desenvolvimento econômico e social do país, ainda que possua uma realidade de ausência histórica em países capitalistas periféricos. A autora destacou que a questão da habitação de trabalhadores não é incluída enquanto problema do capital e nem do Estado, normalizando a realidade de autoconstrução de casas e bairros pelos próprios trabalhadores. Desse modo, a construção informal é “parte da reprodução da força de trabalho formal” (MARICATO, 2015, p. 20).

Uma solução adotada no modo de produção neoliberal, é a implantação de grandes conjuntos habitacionais nas franjas urbanas das cidades brasileiras, conforme Rolnik *et al.* (2010), para o atendimento de necessidades mínimas e implementadas como uma tentativa de atendimento de políticas *keynesianas*, implementadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009, tendo sua nomenclatura modificada em 2020 para Casa Verde e Amarela, para atendimento dos caprichos do governo vigente ao período. Entretanto, de acordo com Tomazelli e Puppo (2021), o programa atuou de forma ineficiente no atendimento de classes de baixa renda. A produção do espaço expande a cidade para a zona rural, através de mudanças nos planos diretores em benefício das corporações. Onde não há cidade é mais fácil de urbanizar comparado à cidade consolidada, não é preciso um planejamento local e uma avaliação de entorno, blocos residenciais são jogados sobre o projeto assim como se jogam os búzios sobre o Opon Ifá.

O habitar tornou-se mercadoria neste modo de produção em série. Mercadoria de baixa qualidade, distante das centralidades urbanas, com infraestrutura urbana de qualidade duvidosa e sendo essas residências padronizadas com espaços produzidos para atender minimamente às necessidades da família. Nessa dinâmica, o trabalhador necessita deslocar-se longas distâncias até o seu emprego e nas imediações não existem locais para comprar e consumir itens de sobrevivência (ROLNIK *et al.*, 2010). São necessários grandes deslocamentos para compra de alimentos, gastando tempo para economizar nos custos, haja vista que os produtos com preços menores se encontram em grandes comércios localizados em outras regiões mais afastadas, como os atacarejos e grandes redes de supermercados. Nas redondezas, a tentativa de criação de pequenos comércios é iminente, mas os altos preços que geralmente se apresentam nesse tipo de estabelecimento, continuam a forçar esses habitantes a deslocarem-se para outras regiões a fim de sobreviver com seus rendimentos, pois esta é a única opção para que tenham uma casa para chamar de sua, dentro das políticas habitacionais para as classes mais baixas.

Morar distante do centro torna o emprego e o abastecimento os principais motivos de deslocamento para as áreas que concentram equipamentos e serviços essenciais. Ademais, a demanda por essas viagens pode ainda desmotivar o consumo de alimentos *in natura* em função da sua perecibilidade e aumentar o consumo de alimentos processados e ultraprocessados. A

Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece enquanto ideal o consumo diário de 400 g de frutas e hortaliças e aponta que cerca de 10% da população alcança esse marco (IDEC, 2020). Os hábitos alimentares da população podem, portanto, atuar como importantes balizadores para o planejamento urbano e territorial considerando a qualidade nutricional das dietas, os deslocamentos que envolvem o abastecimento da casa, entre outros fatores. Duran (2013) considerou como importante fator que impacta o consumo de determinados alimentos a sua oferta próxima à residência. Nesse sentido, cabe destacar a definição de deserto alimentar: “locais onde o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processados é escasso ou impossível, obrigando as pessoas a se locomoverem para outras regiões na intenção de obter esses itens, essenciais a uma alimentação saudável” (IDEC, 2020, p. 1), e os pântanos alimentares, onde os estabelecimentos voltados para comercialização de produtos do gênero alimentício disponibilizam alimentos majoritariamente não saudáveis e/ou de baixa qualidade nutricional.

Complementarmente, a relação entre a terra e o território atua, sob uma perspectiva principalmente econômica, na expansão das cidades e na concepção entre os meios urbano e rural. Paul Singer (1978) explicou que a anexação de áreas com uso agrícola é base fundamental para a produção do espaço compreendido enquanto urbano em função do “custo de produção” – derivado da atividade agrícola. Isso significa que a renda que se deixa de ganhar da terra e a ausência de uma gama de infraestruturas, como pavimentação, saneamento básico, abastecimento de energia elétrica, iluminação e equipamentos públicos, influenciam diretamente no valor imobiliário das propriedades. O autor aponta que a valorização fundiária está diretamente relacionada à presença dessas infraestruturas culminando em um alto valor da terra em áreas urbanas já consolidadas e em um valor mais baixo em áreas periurbanas e rurais.

Reflexões elaboradas a partir de certa divisão social de classes nas cidades circunscreve os papéis sociais que determinadas populações exercem dentro na urbe. O habitar transforma-se em habitat (LEFEBVRE, 1991 [1969]) quando se trata das classes de nível social baixo e demonstram essa disparidade de funções sociais, relegando o acesso destas classes a outras oportunidades se comparado ao das classes mais altas.

Visto tratar-se de ‘casas populares’, os planejadores do Estado criaram conjuntos habitacionais para o ‘povo’ ou para a ‘massa’. Não só o material empregado era de péssima qualidade, nem só o uso do espaço foi o pior possível e o menos imaginativo, como também prevaleceu a ideia de uniformidade ou de homogeneidade. O que não é surpreendente numa sociedade autoritária, como a brasileira, na qual se expõe que a individualidade é um fenômeno existente apenas da ‘classe média para cima’. Para ‘baixo’ não há indivíduos, apenas ‘massa’. (CHAUÍ, 1986, p. 67)

A falácia de que o Estado não funciona e que a solução é através de livres iniciativas, demonstra o poder que a ideologia hegemônica tem sobre as camadas sociais de baixa e média renda. O Estado na democracia burguesa é totalmente eficiente e as ações realizadas (ou deixadas de realizar) por seus agentes está em consonância com os interesses das classes privilegiadas dentro de uma ordem social. A segregação urbana, a precariedade de moradia e a sujeição da classe trabalhadora aos agentes do capital está projetada para que estes obtenham a força de trabalho daqueles. Essa desigualdade apresentada, tanto econômica quanto educacional, cultural e de geração de renda, mostra que as condições de ascensão social são

obstantes, sendo passível um ciclo de permanência nesta realidade por muitas gerações, para atender aos anseios das classes que exploram o trabalho e se sentem no direito de explorar essa mão-de-obra devido a sua periferização urbana, assim a alienação urbana conserva e expande todas as outras alienações (LEFEBVRE, 2002).

A lógica de classe é observada quando se verifica a possibilidade de consumo. O crescimento da renda pode se estabelecer de forma diretamente proporcional ao padrão de vida familiar, bem como o impacto dos diversos gêneros de consumo na renda total, varia de classe para classe. Uma renda familiar mais reduzida provoca, em muitos casos, a priorização do consumo de produtos essenciais, dentre eles os alimentos e as despesas relativas à habitação, além da provável utilização dos serviços públicos ofertados pelo Estado – saúde e educação, por exemplo. A Pesquisa dos Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 do IBGE (BRASIL, 2018) mostra que os gastos de diversos gêneros aumentam na medida em que a renda familiar cresce (Tabela 1); todavia, a porcentagem relativa a cada tipo de despesa é menor, bem como as despesas totais de consumo comparadas ao rendimento total familiar, evidenciando uma realidade de conforto econômico. Aspectos relativos à renda, via de regra, influenciam a qualidade alimentar da população. Cabe destacar que questões culturais e políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional impactam no padrão dietético das famílias. Na Tabela 2, é possível notar o impacto da renda nesse padrão.

Tabela 1 - Despesas de consumo por classes de rendimento total familiar em 2018

Tipos de despesa	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar							
	Total	Até 1.908 Reais	Mais de 1.908 a 2.862 Reais	Mais de 2.862 a 5.724 Reais	Mais de 5.724 a 9.540 Reais	Mais de 9.540 a 14.310 Reais	Mais de 14.310 a 23.850 Reais	Mais de 23.850 Reais
Despesas de consumo	3764,51	1388,29	2111,32	3221,51	5245,63	7353,83	10832,65	18364,67
Alimentação	658,23	329,84	449,21	634,41	872,68	1143,83	1478,68	2105,91
Habitação	1377,14	585,91	859,96	1203,17	1792,13	2562,49	3761,14	6312,01
Vestuário	160,25	63,46	91,6	150,44	233,04	296,34	391,55	655,96
Transporte	679,76	142,23	265,93	527,1	1074,81	1493,48	2396,58	4136,09
Higiene e cuidados pessoais	136,82	75,4	101,49	141,77	192,28	212,24	242,96	288,29
Assistência à saúde	302,06	88,66	164,99	240,84	426,9	670,1	968,07	1563,41
Educação	175,6	29,02	56,22	115,75	261,01	413,4	682,69	1418,41
Recreação e cultura	96,16	25,79	40,75	72,08	139,05	206,88	324,49	642,21

Fonte: BRASIL, 2018

Tabela 2 - Aquisição alimentar domiciliar por classe de rendimento total familiar e tipos de produtos em 2018

Produtos	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar						
	Total	Até 1.908 Reais	Mais de 1.908 a 2.862 Reais	Mais de 2.862 a 5.724 Reais	Mais de 5.724 a 9.540 Reais	Mais de 9.540 a 14.310 Reais	Mais de 14.310 Reais
Cereais	21,203	23,359	22,985	21,749	17,779	18,881	16,473
Leguminosas	6,554	7,146	7,101	6,439	5,807	6,11	5,779
Hortaliças	23,775	15,478	19,972	23,717	27,323	34,025	44,411
Frutas	26,414	14,374	19,817	24,596	32,526	47,662	59,393
Cocos, castanhas e nozes	1,154	1,233	1,139	1,051	1,227	1,093	1,338
Panificados	17,723	13,977	16,067	17,918	19,529	22,265	25,369
Carnes	20,762	15,534	19,108	21,185	24,051	25,469	28,695
Pescados	2,796	3,359	3,091	2,319	2,433	2,855	3,23
Aves e ovos	15,764	15,008	15,501	15,622	15,356	17,013	19,491
Laticínios	32,211	20,377	27,37	32,659	38,284	45,614	56,212
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	14,14	12,787	13,691	14,373	14,381	15,399	17,023
Sais e condimentos	4,506	3,291	3,812	4,568	5,26	5,807	7,209
Óleos e gorduras	6,642	5,678	6,284	7,034	7,199	7,154	7,146
Bebidas e infusões	52,475	32,221	40,517	47,841	65,046	88,269	112,841

Fonte: BRASIL, 2018

A insegurança alimentar é, em muitos casos, realidade e fruto de uma desigualdade social e geográfica. Apesar da recomendação do consumo de alimentos *in natura*, a partir do rendimento familiar, é possível notar uma maior aquisição tanto de hortaliças quanto de frutas à medida em que a renda cresce. Considerando que a realidade de muitos municípios é um planejamento urbano à mercê da lógica de mercado e que concretiza a visão de uma cidade enquanto produto, as divergências de classe passam a limitar a forma de habitar e consumir na urbe e, conseqüentemente, ditam sob essa mesma coerência do poder de compra uma perspectiva de qualidade de vida de acordo com o rendimento individual ou familiar. A ausência do Estado, em muitos casos, demanda insurgências derivadas da própria população que se consolida enquanto resistência de uma classe que, ao longo de acúmulos históricos de desvantagens, reivindica a vida na cidade sobrevivendo. Somado a isso, a trivialidade com que são percebidas a casa e a comida, ofusca suas dimensões práticas, logísticas e essenciais no urbanismo e, nesse sentido, essa responsabilidade além de refletir divergências de classe, recai sobre a mulher, evidenciando a dimensão do gênero nesse debate.

4.2 A responsabilização da mulher pela casa e pela comida

A crise urbana imputa diferentes impactos de classe e gênero na sociedade. O afastamento da casa das atividades e equipamentos essenciais demandam esforços de cunho reprodutivo que recaem principalmente sobre as mulheres, evidenciando que a realidade formal de uma cidade projeta diferentes cidades no cotidiano da população. Valdívnia (2018)

concebeu enquanto trabalho reprodutivo aquele relacionado ao cuidado e a reprodução da vida para além das preocupações inseridas na lógica do capital. Essas atividades estão relacionadas a diversos momentos do ciclo da vida e, ao recair sobre as mulheres, essas dedicam tempo e energia às vulnerabilidades etárias do corpo para além de suas individualidades. A autora explorou o trabalho reprodutivo enquanto direto e indireto: o primeiro é realizado diretamente pelas pessoas, como alimentar uma criança e cuidar de uma pessoa doente; o segundo, é composto pelo trabalho doméstico que impacta a qualidade de vida da população, como limpar a casa, lavar roupa, cozinhar e fazer compras, bem como todas as atividades relacionadas ao planejamento e gestão da casa.

A subjetividade inerente ao trabalho reprodutivo, que envolve aspectos de cunho emocional, de afetos e desafetos, e de amores e desamores, passa a se confundir com o entendimento de feminino que impacta a vivência da mulher seja no ambiente público, seja no privado. O debate do corpo feminino no território e das suas atribuições remontam a perspectiva de um determinismo biológico dedicado a explicar que as relações hierárquicas entre gêneros não poderiam ser alteradas por processos de transformação social (MIES, 2016). Nesse sentido, a concepção de “natureza” compõe discursos para explicar a desigualdade social e as relações de exploração; e a “natureza feminina” e sua fisiologia passa, portanto, a estar atrelada ao saber e ao fazer doméstico, bem como ao cuidado e a participação na reprodução da vida (MIES, 2016).

No que tange o trabalho, Mies (2016) explicou que a visão biologista reflete a não compreensão das atividades domésticas enquanto trabalho, uma vez que são naturais ao feminino. A produção de mais-valia, no entanto, representa o trabalho produtivo no contexto das relações capitalistas. O paradoxo homem *versus* natureza retrata questões de gênero e corpo que resulta do modo de produção capitalista ao atribuir a cabeça e as mãos, partes necessárias à produção, ao que é humano – e masculino, considerando o protagonismo do homem e o processo de divisão sexual do trabalho ao longo do tempo – e a genitália, o útero e os seios, necessários à reprodução, ao que é natural – e feminino (MIES, 2016). Para Siliprandi (2012), não é reconhecida a importância estratégica da mulher na produção de políticas públicas e suas experiências são desvalorizadas, o que está relacionado à própria depreciação do trabalho reprodutivo pela população, ainda que este esteja ligado à sobrevivência. Os estereótipos de gênero, ao reforçar que o cuidado com a família é da mulher, sobrecarregam e enclausuram essa parcela da população no lar. Siliprandi (2012) reitera que além das mulheres serem responsáveis, normalmente, pela aquisição e preparação da comida a nível familiar, essa parcela também está diretamente envolvida com questões de saúde e educação dos filhos, ou seja, são estratégicas para a promoção da saúde.

Valdívia (2018) apontou que o debate acerca da divisão sexual do trabalho foi construído em conjunto com a configuração espacial dicotômica entre público e privado. De acordo com a autora e sob uma perspectiva histórica, a associação do homem ao trabalho produtivo e à mulher ao reprodutivo, estabelece o público enquanto espaço masculino e o privado e doméstico, feminino. A Revolução Industrial é destacada pela autora como importante marco que promoveu o planejamento urbano enquanto reprodutor dessa lógica, uma vez que instituiu o protagonismo à figura do operário e a casa passou a ser considerada um espaço secundário. Nesse contexto, as atividades relacionadas à habitação e a quebra com a lógica das

ocupações voltadas para a subsistência a partir do estabelecimento de um modo de vida urbano, somaram à realidade das cidades característica de mercado, inclusive no que tange a elementos essenciais. Dessa forma, a comida passa a ser indissociável do ganho monetário derivado do trabalho. Essa cidade comercial, denominada por Lefebvre (1991 [1969]), estabeleceu novos ritmos, considerando a lógica de mercado. A vida urbana pública ganha protagonismo e é estimulada pela ideia de liberdade, apesar de restrita a uma parcela da população; assim, a construção social da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado acompanha a lógica do planejamento das cidades.

Considerando a dicotomia entre o público e o privado refletido sob uma subjetificação do masculino e do feminino, respectivamente, Montaner e Muxí (2014, p. 198) evidenciaram que a “mulher vive uma realidade mediada e vivida pelos outros” devido ao espaço urbano se estabelecer, exclusivamente para elas, enquanto lugar de realização de atividades complementares, resultado de um discurso único cultural e do planejamento das cidades, que reiterou e reitera os estereótipos de gênero. Entretanto, a disputa para estabelecer um novo paradigma não somente do lar, mas também dos bairros e das cidades é destacada pelos autores a partir do movimento *City Beautiful* (entre 1890 e 1900), quando as mulheres passaram a lançar luz sobre a invisibilização de aspectos do que chamavam da cidade real – higiene e espaços de cuidado e lazer para as mães empregadas – e da ausência de suporte para as demandas cotidianas. Nesse momento, foram realizadas campanhas reivindicando banheiros públicos, serviços de limpeza urbana, criação de creches e reutilização de imóveis em desuso para espaços voltados para jogos infantis (MONTANER *et al.*, 2014). Posteriormente, Jane Jacobs (1961) questionou a cidade enquanto máquina e puramente funcionalista em um momento de crescimento da ocupação de subúrbios estritamente residenciais:

A rua onde vive, que não tem nada além de residências e está em meio a uma área que não tem nada além de residências, ganhou em caráter experimental um simpático calçadão arborizado. [...] Todas são ideias esplêndidas, mas não passam disso. Todavia, não há estabelecimentos comerciais. As mães que moram em quadras próximas e saem com seus filhos pequenos vão aí para manter algum contato com outras pessoas. Elas obrigatoriamente entram na casa de conhecidos na rua para se aquecer no inverno, telefonar, levar as crianças necessitadas ao banheiro. [...] Penny Kostritsky, que mora numa das casas com boa localização e tem duas crianças pequenas, está mergulhada nessa vida social próxima e casual. ‘Perdi a vantagem de morar na cidade’, conta ela, ‘sem usufruir as vantagens de morar num subúrbio.’ (JACOBS, 2014, p. 52)

E, ainda, evidenciou questões derivadas da segregação de classes e da consolidação de um discurso único que reflete o preconceito e a intolerância cultural:

[...] quando mães de renda familiar, raça ou escolaridade diferentes trazem os filhos para o calçadão, elas e as crianças são discriminadas com rudeza. Não se enquadram direito no modo suburbano de convivência na vida privada que nasceu da falta de vida urbana nas calçadas. Propositadamente, o calçadão não tem bancos; o pessoal que defende o compartilhar desistiu deles porque poderiam ser interpretados como um convite para pessoas que não se enquadram. (JACOBS, 2014, p. 52)

Quando o trabalho reprodutivo e doméstico é colocado à margem das discussões sobre a cidade e o território, toda a realidade da mulher e as demandas triviais são minimizadas

em contraponto ao estabelecimento de uma discussão acerca de uma nova divisão sexual das tarefas reprodutivas que responsabilize todos, inclusive a cidade, enquanto plano e projeto. Nesse contexto, a mulher passa a atuar enquanto agente econômico com lugar específico, e o trabalho reprodutivo se estabelece como princípio “infinitamente elástico” do capitalismo, uma vez que é imputada essa responsabilidade às mulheres sem qualquer tipo de remuneração (SILIPRANDI, 2012). Ao incluir a lente das desigualdades de classe no debate, os recursos e as condições de consumo evidenciam diferentes realidades de tempo, esforço pessoal e infraestrutura relacionadas ao espaço da cidade e a sua falta de coerência com as necessidades cotidianas. A alimentação de qualidade nutricional e alternativas facilitadoras dispostas pela tecnologia em conjunto com a lógica de mercado, como eletrodomésticos, acesso à restaurantes e até a contratação de outras pessoas – majoritariamente mulheres – para a realização das tarefas domésticas, não são saídas possíveis para grande parte das mulheres (SILIPRANDI, 2012). Principalmente a partir do modernismo, a cidade é pensada a partir de uma carga tripla de segregação: função, classe e gênero, que se estabelece em sua forma, usos, mobilidade e fornecimento de infraestrutura e equipamentos. É necessário refletir sobre como o planejamento urbano influencia na criação de diferentes realidades para homens, mulheres, crianças, idosos e toda uma gama de parcelas, fruto da diversidade que é inerente à natureza a qual o ser humano deve se considerar parte.

Consideradas as demandas triviais que recaem sobre as mulheres, é imprescindível um o processo de descentralização das cidades ou uma reconformação dos centros consolidados, que inclua políticas habitacionais sociais implementadas nessas áreas, junto de equipamentos, serviços e uma mobilidade urbana com capilaridade eficiente, que seja eficaz para promover uma maior qualidade de vida dessa parcela da população. Complementarmente, o trabalho reprodutivo não pode ser considerado uma adversidade na vida ou no planejamento das cidades, uma vez que a formação de cidades cuidadoras são ideais para toda a população. Nesse sentido, diferentes discursos de grupos subalternos – as maiorias minorizadas (SANTOS, 2020) – convergem para a defesa de cidades mais completas; a diretriz da acessibilidade motora e a equipamentos e serviços, por exemplo, é essencial não só às mulheres, mas também às pessoas com deficiência e muitos idosos; e a segurança, fator crucial para a liberdade feminina no espaço público, influencia também na vivência das crianças e de outros grupos no espaço da cidade. Apesar disso, cabe destacar que essas medidas se estabelecem sob um viés facilitador que não necessariamente lança luz e amplia o debate dos impactos das relações e atribuições de gênero na cidade. Nesse aspecto, cabe destacar a necessidade de repensar os modos de produção capitalista e gestão das cidades, dos territórios e do tempo, que afetam em grande medida a qualidade de vida da população. Siliprandi (2012) destacou que a exploração do território e outras medidas em nome do progresso contribuem para o processo de expulsão de pessoas, culturas e modos de produção e de vida de determinadas áreas e que, em um contexto de atribuições e estereótipos de gênero, o impacto dessa realidade sobre as mulheres é mais grave, já que dificulta condições de subsistência em muitos casos, como a produção de alimentos e a obtenção de água. É necessário que as políticas públicas considerem as demandas triviais e do trabalho reprodutivo em seu planejamento e não que as mulheres estarão sempre dedicadas a solucionar os problemas relacionados à alimentação e ao cuidado.

Valdivia (2018) apontou na direção de uma cidade que planeje suas estruturas espaciais, políticas sociais e mobilidade considerando as condições de vida individual e coletiva. A autora destacou dois eixos essenciais para repensar a cidade: o tempo em conjunto com as tarefas de reprodução e a relação dessas atividades com o bem estar cotidiano. Dessa forma, é necessário planejar cidades cuidadoras em contraponto ao modelo de cidade neoliberal que vem se estabelecendo, marcado principalmente pela mercantilização do espaço público, especulação, gentrificação e turistificação (VALDÍVIA, 2018). A importância dada à obtenção de lucro sobre o espaço urbano impacta a secundarização de medidas que tornem as cidades mais completas para as demandas triviais, facilitando a vida cotidiana de forma desigual ao longo do território e que geram, ao mesmo tempo, privilégios e opressões. A consolidação de centros urbanos e o afastamento da moradia do centro prejudicam a qualidade de vida da população sob uma perspectiva temporal que impacta toda uma gama de atividades triviais, incluindo a alimentação nutricionalmente adequada.

Illich (1974) debateu acerca do tempo e da distância que compõem o cálculo do gasto com transporte, mas que não considera aspectos como o crescimento da frota de veículos individuais e seu impacto no tráfego, marcado pelo trânsito em muitas cidades. Nesse contexto, as pessoas trabalham para pagar, dentre outras despesas, o valor relativo ao transporte, seja público, seja individual, mas também pagam com todo o tempo despendido nesse deslocamento pendular marcado pela “imobilidade” e que afeta outras atividades relativas à qualidade de vida. No contexto de gênero, esse deslocamento majoritariamente masculino e linear – casa-trabalho-casa – não representa a mobilidade poligonal (VALDÍVIA, 2018) feminina, marcada pelas atribuições de gênero, que inclui outras “metas diárias” que envolvem abastecimento, filhos, alimentação, etc, além do próprio trabalho (Figura 1).

Figura 1 - Divergências no padrão de deslocamento entre homens e mulheres



Fonte: ITDP (2021)

As atividades de ordens domésticas e urbanas devem ser avaliadas enquanto complementares e inseparáveis e, dessa forma, o questionamento deve se ater a como construir um espaço sem hierarquias e que se estabeleça a partir de uma práxis horizontal. No entanto, a realidade da urbe influencia de modo multiescalar os hábitos e práticas da população, e compõe, junto com a cultura, um ciclo que se retroalimenta. As diferentes visões, saberes e experiências de mulheres e outros grupos precisam ser consideradas para ressignificar o planejamento das cidades a começar pelo que se entende enquanto trivial. Siliprandi (2012) defendeu que as

mulheres precisam ter mais acesso aos recursos produtivos, mudanças na divisão sexual do trabalho e serem mais valorizadas pela sociedade; isso pode ser alcançado através de algumas medidas exemplificadas pela autora, como o enfrentamento dos problemas relacionados ao trabalho doméstico, a oferta de infraestruturas públicas para cuidado com os filhos, bem como políticas públicas de acesso a água, terra e emprego. No âmbito da morfologia urbana, é essencial destacar o uso misto, considerando a presença de estabelecimentos comerciais de produtos essenciais, equipamentos públicos e infraestrutura urbana qualificada próximos à moradia, enquanto importante diretriz de planejamento. Montaner e Muxí (2014) evidenciaram que, de certa forma, as cidades correspondem a definições de cunho cultural, de onde derivaram, inclusive, o ambiente e as normas de socialização das próprias mulheres, daí sua dificuldade em alterar as dicotomias de público-privado, de gênero e das outras desigualdades que são espacializadas no território. Para isso a necessidade de se pensar fora do sistema, a começar por tornar visível a diferença sem que isso signifique reproduzir desigualdades. Os autores descrevem que o começo desse processo pode se dar com a valorização da transmissão de saberes e considerando a capacidade crítica derivada de cada olhar. Uma cidade mais atenta às necessidades triviais e às demandas reprodutivas da sociedade, também é uma cidade mais saudável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução dos processos dominantes que se espacializam na cidade e promovem desigualdades, exclusões e expulsões são derivados de aspectos culturais e históricos do planejamento urbano. Dessa forma, é importante reconhecer radicais de mudança, como comércio justo, consumo local e auto-gestão, a fim de promover autonomia, emancipação e ativar territórios educadores. O reconhecimento de alternativas que subvertem a lógica da cidade enquanto produto são necessários para promover um planejamento a nível ecossistêmico e uma democracia efetivamente participativa. A existência desses projetos auxilia ainda na ampliação de uma massa crítica ao modelo de cidade vigente, ampliando a voz da resistência e a complexidade inerente à diversidade, uma vez que convida a população a repensar formas de habitar o espaço e convida à gestão compartilhada do comum.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101761.pdf>.
- CAVALCANTI, Sandra. **[Carta enviada ao Presidente Militar Humberto Castelo Branco]**. Destinatário: Humberto de Alencar Castello Branco. Rio de Janeiro, 18 abr. 1964. 1 carta.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.67.
- DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. 2013. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Revista Psicologia & Sociedade On-line**, Vol. 22, n.2., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200010> Acesso em: 14 jul. 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, 1954. Disponível em: https://www.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

ILLICH, Ivan. **Energy and equity**. Nova Iorque: Haper & Row, 1974.

ITDP BRASIL. Quais são os desafios de raça, renda e gênero na mobilidade? **ITDP Brasil**, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/quais-sao-os-desafios-de-genero-raca-e-renda-na-mobilidade/>. Acesso em: 08 set. 2022.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Desertos alimentares: encontrar alimentos saudáveis pode ser tão difícil quanto descobrir um oásis no saara. **Alimentando políticas**, mar. 2020. Disponível em: <https://alimentando.politicas.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Desertos-Alimentares.pdf> . Acesso em: 19 fev. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1991 [1969].

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 838-873, 2016.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: G. Gili, 2014.

NEMER, Luciana. **Rio de Janeiro: 100 anos de habitação popular**. Vitória: Milfontes, 2019.

PAQUOT, Thierry. “Habitat, habitation, habiter” Ce que parler veut dire.... **Revista Informations sociales**, Vol. 3 n°123. Paris: Cairn.info, 2005. p.48. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2005-3-page-48.htm>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ROLNIK, Raquel et al. Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. **Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. p.11-15.

SANTOS, Richard. Campos da maioria minorizada: territórios negros. **Correio Braziliense**, 27 set. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opiniaio/2020/09/4878123-campos-da-maioria-minorizada-territorios-negros.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. **CENTRO DE HUMANIDADES**, p. 143, 2012.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim paulista de Geografia**, n. 57, p. 77-92, 1978.

SOARES, Karen; CORDOVIL, Fabíola. A Fronteira de Expansão do Capital como Condicionante para a Produção da Irregularidade Urbana: Análise Multiescalar da Atuação da Companhia de Habitação de Cascavel, Paraná, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 18 (2019). Porto: CEGOT, 2019. p. 153-178. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2019.18.007> Acesso em: 13 dez. 2022.

TOMAZELLI, Idiana; PUPPO, Amanda. **Um ano depois, Casa Verde e Amarela não decola e entrega menos moradias**. Economia: UOL, Brasília, 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/08/30/um-ano-depoiscasa-verde-e-amarela-nao-decola-e-entrega-menos-moradias.htm>. Acesso em: 14 dez. 2022.



VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. *Hábitat y sociedad*, n. 11, 2018.

VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e Moradia – Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.